**Exmo. Senhor,**

**Ministro da Educação**

**Sr. Prof. Dr. João Costa**

*LOCAL, DATA*

**Assunto: Pedido de efeitos retroativos a 01/09/2023 – alterações ao artigo 31.º do ECD**

**NOME,** portador(a) do cartão de cidadão n.º-------, válido até ------, NIF -------, residente --------, Docente ----, do grupo de recrutamento --------, vem por este meio, requerer e expor a V. Exa. o seguinte:

1. O/A Requerente ingressou na carreira docente no ano letivo 2022/2023, não tendo ficado dispensado do período probatório.
2. Ora, na sequência da proposta de alteração ao artigo 31.º do Estatuto da Carreira Docente, em sede de reunião Ministerial no dia 20/11/2023, para efeitos de conclusão de período probatório, na qual determinam como requisitos a frequência de um período mínimo de 2 anos escolares, desde que, classificado com menção qualitativa igual ou superior a Bom.
3. O que corresponde ao caso do aqui Requerente.
4. Assim, de forma a que se faça justiça, deverão V. Exas. garantir e agir em consonância com o princípio da igualdade, consagrado no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa e artigo 6.º do Código de Procedimento Administrativo.

**Nestes termos e nos melhores de direito, requer-se a V. Exa. que se digne a considerar que tal alteração ao artigo 31.º do ECD, tenha efeitos retroativos a 01/09/2023.**

**Pede e Espera Deferimento.**

**O Requerente,**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**